

## **“REQUERENDO PASSAGEM PARA SI E SUA FAMÍLIA”: MULHERES MIGRANTES NO PARÁ DA VIRADA DO SÉCULO XIX**

Franciane Gama Lacerda\*

*“Prezada madrinha Annica, vou dar fim aos meus sofrimentos (...) nestes dois anos fui tão feliz e ultimamente só tenho passado privações, 3333 misérias (...) hoje não tenho parentes, nem amigas, nem amigos (...) sei que se estivesses aqui eu não passava o que tenho passado.”*

Esse trecho, publicado em 19 de janeiro de 1916, no jornal *A Tarde*, em Belém do Pará, refere-se a uma suposta carta escrita por Paulina Moraes Ferreira, branca, solteira, maranhense de 38 anos de idade, que, segundo o jornal, era meretriz e, na manhã desse mesmo dia, “pelas dificuldades da vida e desespero de moléstias”, tentara se suicidar ingerindo permanganato de potássio.<sup>1</sup>

O caso de Paulina Ferreira, mesmo se tratando de uma situação-limite, em que se atenta contra a própria existência, revela, por outro lado, atitudes de uma mulher que, no início do século XX, traçava o próprio rumo de sua vida e até de sua morte. Ela não parece estar necessariamente presa a uma família nuclear ou a uma figura masculina. Mas, ao mesmo tempo, mantém vínculos de afetividade com uma parte de sua parentela – no caso, a sua madrinha, que morava no “lugar Esperança, Juruá, Estado do Amazonas”, e que, diante dos acontecimentos, aparecia como um elo familiar, com um passado que Paulina parecia ter deixado para trás, evocando-o nesse momento de desespero. Assim, em outro trecho da carta, lembrava ela à madrinha Annica: “como sabeis fui boa filha, boa irmã, fiz tudo por todos, fui boa amiga sempre fiz o bem quando podia (...)”.<sup>2</sup>

Esse trágico episódio, entretanto, para além dos possíveis sentimentos de piedade que possa suscitar, permite pensar também sobre os muitos arranjos de sobrevivência construídos pelos emigrantes nordestinos em Belém do Pará. Arranjos que passavam pela

organização familiar e igualmente das próprias moradias, como era o caso de Paulina, que residia com outras mulheres, demonstrando que, distante do seu lugar de origem, os migrantes construíam, ao seu modo, sua própria identidade.

Embora o espaço em que se passou o triste caso de Paulina já experimentasse algumas transformações decorrentes da chamada crise da borracha, a vinda de emigrantes para essa região se dá de maneira mais acentuada no bojo da economia gomífera. A Amazônia, entre o final do século XIX e a primeira década do século XX, em virtude da efervescência da economia da borracha, de projetos de colonização empreendidos pelos poderes públicos, das secas, que assolaram parte do Nordeste brasileiro, experimentou uma grande entrada de nordestinos, especialmente de cearenses, no Pará, no Amazonas e no Acre. Isso implicou a constituição de outros espaços e, igualmente, o engendramento, por parte desses emigrantes, de meios de sobrevivência, de lazer, de moradia, e até de elos familiares, muitas vezes incompreensíveis pelo poder público, por médicos higienistas, ávidos naquele momento por civilização e progresso.

As muitas experiências das camadas populares não constituem mais nenhuma novidade na historiografia brasileira, considerando-se o grande número de pesquisas que se debruçam sobre o tema, evidenciando uma variedade de papéis sociais, tecidos cotidianamente pelas chamadas “classes perigosas”. No que se refere à presença de imigrantes nas grandes cidades, ganham destaque, em muitos trabalhos, os conflitos, as práticas políticas, as relações de trabalho estabelecidas por imigrantes, em sua maioria estrangeiros, notadamente, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, entre os séculos XIX e XX.<sup>3</sup> A Amazônia, nesse período, é lembrada pela economia da borracha, pela remodelação urbana de capitais como Manaus e Belém e por seu crescimento demográfico, garantido pela entrada de cearenses na região.

Quando se fala desse grupo, por exemplo, evidenciam-se, quase sempre, as dificuldades enfrentadas por migrantes no trabalho do seringueiro. Assim, investigando a emigração de nordestinos através do projeto de pesquisa *História e memória da imigração nordestina no Estado do Pará (1889-1916)*, procuro entender a multiplicidade de experiências sociais construídas pelo referido grupo, que vão além das já conhecidas experiências de trabalho, empreendidas pelos seringueiros extratores de látex na floresta amazônica.<sup>4</sup>

Nesse contexto, o movimento migratório de saída do Nordeste para a Amazônia é muitas vezes pensado como feito, em sua maioria, por homens que viajavam sós, em busca de uma vida melhor para o grupo familiar, que ficava no Ceará, por exemplo. No entanto, se analisarmos mais detidamente alguns registros desse período, encontramos um número expressivo de mulheres que, dando rumo próprio a sua vida, como parece ter feito a solitária

maranhense Paulina, requeriam passagens para si e suas famílias e, embarcando nos muitos vapores que faziam o percurso do Ceará ao Pará, aportavam em Belém, iniciando uma outra etapa de sua história. É dessa parcela de migrantes que pretendo falar aqui.<sup>5</sup>

Pesquisando os livros da Companhia de Navegação e Vapores do ano de 1889, que contêm os registros das passagens concedidas pelo governo cearense a emigrantes que embarcavam para os portos de Belém e Manaus, encontramos um número significativo de homens, quase sempre chefes de uma numerosa família. Ao lado deles, entretanto, chamou-me atenção, também, as muitas mulheres que eram as responsáveis pelo deslocamento de seu grupo familiar, muitas vezes composto por um grande número de pessoas, outras vezes, somente pela própria mulher e um filho ou filha. Eram mulheres viúvas, solteiras ou casadas, que, como chefes de seu grupo familiar ou simplesmente sozinhas, recebiam passagens através do governo cearense, quando da seca de 1889, em vapores que se dirigiam às capitais amazônicas (ver Tabela 1).

A leitura desses registros demonstra claramente que, entre os anos de 1888 e 1889, período de grande seca no Ceará, embarcava rumo a Belém um grande número de famílias nucleares compostas por um casal, seus filhos, uma parte da parentela e às vezes até os agregados. Situação que nos fornece pistas instigantes para repensarmos alguns aspectos importantes da vinda de nordestinos para o estado do Pará, como a idéia, às vezes tão arraigada, de homens que vinham sozinhos, sempre saudosos de uma família que havia ficado no sertão. Por outro lado, esses números permitem pensarmos também a participação das mulheres nesse processo, na medida em que, minimamente, pode-se traçar um perfil delas e, conseqüentemente, de suas famílias, das formas como estas se reconheciam, e dos papéis que assumiam no seu grupo familiar, das expectativas que tinham em relação a sua vinda à Província do Pará.

Assim, na declaração de seu estado civil, boa parte das mulheres aparece como viúva. Um número bastante inferior delas, como solteira e outras, como casadas. É provável que o número de viúvas de fato fosse bastante grande, mas, por outro lado, também é possível que muitas dessas mulheres, já tendo uma família constituída e sendo solteiras, declaravam-se viúvas, mesmo que não tivessem oficialmente uma união reconhecida na Igreja ou que seus companheiros não tivessem falecido, como forma de apresentarem-se publicamente, com um perfil comportamental socialmente aceito através do *status* de viúvas.

Se a declaração do estado civil, contida na lista de embarque, pode até revelar padrões comportamentais que se esperavam das mulheres nas últimas décadas do século XIX, pode também dar a conhecer, num certo sentido, a própria imagem que essas mulheres tinham de si mesmas e, igualmente, o fato de que não se pode pensar a organização familiar

desse grupo como algo homogêneo, mas a partir das muitas relações sociais que são construídas, tanto no sertão cearense, como no estado do Pará, relações em que as mulheres exercem papéis sociais bastante variados.

Nesse sentido, vale a pena analisar os argumentos dados por algumas mulheres a fim de adquirirem passagens para o Pará em 1889. Essas justificativas revelam claramente a manutenção de um vínculo familiar, de parentesco ou amizade, com uma pessoa que havia seguido anteriormente para o Pará, indicando que, apesar das muitas e grandes dificuldades enfrentadas pelos emigrantes, nem sempre vínculos de confiança e afetividade se perdiam nesse processo, conforme muitas vezes se afirma. Essa é uma questão que, certamente, merece ser melhor investigada pela historiografia, considerando-se que a emigração de nordestinos para a Amazônia, conforme já referi anteriormente, é muitas vezes compreendida apenas a partir das atividades desenvolvidas pelos homens, que quase sempre são pensados somente como seringueiros, sem ações próprias e explorados pelos patrões. Daí a importância de se investigarem as ações de outros grupos nesse contexto, como no caso as mulheres.

Assim é que, em meio às justificativas e aos pedidos de passagem feitos por muitos homens para emigrarem ao Pará, encontramos, também, os de muitas mulheres. É o caso de Maria Thereza de Jesus, solteira, de 28 anos de idade; de Maria de Hollanda, natural de Limoeiro, casada, de 18 anos de idade, que seguia para a Amazônia em “procura de seu marido”; de Luísa Francisca do Espírito Santo, natural e moradora de Acarapé, de 25 anos de idade, também casada, “vivendo em extrema pobreza com a [onerada] família de 7 pessoas, inclusive a sua isto devido à ausência de seu marido”; da viúva Francisca Gonçalves de Moura, de 69 anos de idade, e sua extensa família de 37 pessoas.

Da primeira mulher, Maria Thereza, pouco é possível saber, uma vez que ela, em 1889, declarando-se solteira, parece ter embarcado, em meio a numerosas famílias que também fugiam da seca, desacompanhada, no vapor Pernambuco, o que pode ser visto como uma certa ousadia, considerando-se os valores que norteavam os comportamentos femininos naquele momento e, ao mesmo tempo, como indicadores de valores morais e regras de comportamento bastante específicas diante da calamidade da seca.<sup>6</sup>

Mas se Maria Thereza viajou só, não muito diferente foi a atitude da jovem senhora Maria de Hollanda, que solicitou passagem para os portos do Norte, “forçada pela seca, não podendo mais subsistir”, mas também “em procura” de seu marido, que há “cerca de 3 anos” tinha se retirado para a Província do Amazonas, para “trabalhar no serviço da borracha”. Para conseguir um atestado de sua pobreza, Maria recorria ao vigário da matriz da

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Limoeiro, onde ela havia casado em 1886, solicitando-lhe “por certidão o termo de seu casamento”, a fim de que ela pudesse seguir para o Amazonas “em consequência da pobreza e do desamparo em que se achava”.<sup>7</sup>

Ao que tudo indica, o marido de Maria de Hollanda havia se retirado para o Amazonas logo após o casamento e, ao longo desses três anos, ela parece ter mantido, apesar da distância, seus vínculos matrimoniais, vendo, no encontro com ele, possibilidade de “salvar-se da tremenda calamidade da qual ela já se sentia vítima”. Não fica claro se tinha ela notícias de seu marido ao longo desse tempo, mas isso não seria muito difícil, dadas as muitas redes de ligação que se formavam entre os migrantes e conhecidos que ficavam no sertão. Seja lá como for, ela acabou se lançando no desafio dessa difícil e longa viagem. Apesar de, segundo ela, seu marido se encontrar na Província do Amazonas, Maria solicitava passagem ou para o Pará ou para o Amazonas. Embora os documentos não indiquem claramente para onde ela seguiu, num certo sentido, é possível até dizer que o encontro com seu marido não era o principal fator de sua saída do Nordeste, mas talvez fosse a sua própria sobrevivência.<sup>8</sup>

Da mesma forma que Maria de Hollanda alegava ir à procura de seu marido, a Sra. Luísa Francisca também precisava seguir para a Província do Pará, onde esperava “ser socorrida pelo referido marido”. Um aspecto, entretanto, diferencia a partida de Luísa Francisca da de Maria de Hollanda: a segunda, apesar de sua condição de pobreza, viajava sozinha ou, pelo menos, não declarara outros familiares. Luísa Francisca, entretanto, já na justificativa de seu pedido de passagem, indicava sua grande responsabilidade, que era a de sustentar uma “[onerada] família”.<sup>9</sup>

Tratava-se da família de sua cunhada, Teresa Maria de Jesus, de 24 anos de idade, que havia ficado viúva, com três crianças pequenas. Além dessas crianças, Luísa Francisca ainda tinha duas filhas, uma com 18 meses e outra com 2 anos de idade. Esse grupo familiar, composto por sete pessoas (duas mulheres e cinco crianças), tinha claramente como provedora Luísa Francisca, que, na ausência de seu marido, assumia tanto os seus filhos como os de sua cunhada. Se a atitude dessa jovem senhora indica solidariedade familiar, expressa ainda a decisão de não assumir sozinha essas responsabilidades, buscando “unir-se ao seu marido emigrando para o Pará”.<sup>10</sup>

Se Maria Luísa tinha uma pequena família que a acompanhava na empreitada de emigrar para o Pará, a viúva Francisca Gonçalves de Moura, com 69 anos de idade, tinha sob sua responsabilidade um extenso grupo familiar, composto provavelmente por mais cinco famílias nucleares, que eram constituídas por seus filhos, conforme é possível visualizar na Tabela 2. Sua ida para o Pará se justificava por ser esse o lugar, conforme declarou, “onde

têm parentes”. Diante disso é que pedia ao vigário Luís de Sousa Leitão para que atestasse que sua família era, de fato, composta pelas pessoas por ela indicada. A extensa família de Francisca, emigrando junto com ela para a Província do Pará, pode até sugerir um certo poder matriarcal, exercido em relação ao seu grupo familiar, uma vez que mesmo havendo homens que faziam parte desse grupo, como era o caso de Francisco Ângelo Ribeiro, com 46 anos de idade, era em seu nome que aparecia o pedido de passagem feito ao governador da Província do Ceará, para a saída dessa família rumo ao Pará. Vale lembrar que, observando a estrutura dos documentos de solicitação de passagem, eles aparecem em nome daquela pessoa que parece ser o chefe da família – a viúva Francisca.

De fato, esses exemplos citados acima, mais do que evidenciar o envolvimento das mulheres no processo de emigração de nordestinos para a Amazônia na virada do século XIX para o XX, revelam ainda que esse processo migratório de forma nenhuma foi construído apenas por homens solitários, mas por grande número de famílias, muitas vezes chefiadas por mulheres ou até mesmo por mulheres que seguiam sozinhas nos vapores. A vida dessas famílias no estado do Pará constitui um tema bastante instigante, que deve ser melhor pesquisado ainda.

Se a viagem para as terras paraenses a bordo de navios nada confortáveis era bastante difícil para homens e mulheres, muitas vezes acompanhados de grande número de crianças e idosos, a chegada ao Pará e a permanência nessas terras também eram algo bastante complicado. É possível rastrear a saída desses migrantes na lista de embarque das companhias de vapores. Já sua presença na cidade de Belém é percebida claramente, sobretudo quando eles se envolvem em conflitos, em atos de indisciplina contra a ordem vigente, quando dão queixa à polícia por crimes, por questões de honra familiar, enfim, quando suas práticas colocam em xeque um projeto de civilização e progresso idealizado pelas elites paraenses naquele momento, talvez como tenha sido o caso da própria Paulina, de que falei no começo deste texto.

Nesse sentido, as ocorrências policiais e os jornais são fundamentais para o entendimento dessas relações na cidade. Na documentação, é possível investigar uma variedade de práticas sociais empreendidas pelos migrantes, tanto na cidade de Belém, como nos núcleos coloniais ou seringais, embora o que nos interesse aqui sejam algumas das relações constituídas pelos emigrantes, especialmente as mulheres, na capital paraense, o porto de chegada no Pará. Também é possível como que mapear os espaços de ocupação habitacional desses grupos na capital paraense, identificando, por exemplo, os bairros por eles habitados. Pode-se investigar, ainda, o seu trabalho diário, as relações de vizinhança

que iam sendo tecidas, as redes de solidariedade, os valores que norteavam a vida em sociedade. No bojo dessas práticas, alguns elementos fundamentais que se fundem e se complementam são recorrentes: a família, o domicílio e o trabalho.

Assim, investigando os autos-crimes da chefatura de polícia de Belém, encontramos o auto de diligência policial acerca dos ferimentos sofridos por Rufina de Souza, piauiense de 25 anos de idade, solteira, envolvida em uma briga com uma engomadeira, “também moradora na mesma casa”, em 1903. A briga se deu em virtude de “certa quantidade de roupas que se achava em uma tina no chão”, que, segundo consta, poderia ter sido jogada no chão pela referida engomadeira.<sup>11</sup>

Em outra ocasião, dezembro de 1903, a briga se dava entre Amélia Xavier Macedo, maranhense de 23 anos de idade, solteira, e seu “amásio” Mathias. No momento do interrogatório, Amélia declarou que “pelas oito horas foi entregar roupa engomada a um seu freguês, que de volta ao chegar em sua casa” foi agredida por Mathias, em virtude do ciúme deste e “não tendo um objeto para defender-se lançou mão de uma garrafa e com ela deu em Mathias”.<sup>12</sup>

Dois anos depois, em 1905, encontramos a cearense de 26 anos de idade, Delphina Cavalcante de Albuquerque, queixando-se na chefatura de polícia da capital paraense de sua vizinha, Maria Florentina da Neves. Ambas residiam “em uma estância à travessa 3 de Maio em companhia de diversas mulheres” e já tinham desavenças anteriores, pelo fato de Delphina ter “encontrado seu amásio no quarto de Maria”. Em dezembro de 1905, os ânimos entre as duas vizinhas de quarto ficaram mais acirrados e Maria, alegando receber insultos de Delphina e “mais quatro companheiras”, acabou por agredi-la, com “um ferro com que estava engomando”, fazendo-lhe ferimentos e queimando-a em diversas partes do corpo.<sup>13</sup>

Com teor semelhante, e relativa ao período de minha pesquisa (1889-1917), encontrei uma variedade de ocorrências policiais e de notícias em jornais da época de casos similares aos narrados anteriormente. Um grande número das mulheres emigrantes contribuía com a renda familiar através de serviços realizados em sua própria casa, como os ofícios de lavadeira e engomadeira de roupas, exercidos pelas citadas anteriormente. Essas atividades, que não dependiam de uma qualificação específica, acabavam por ser fundamentais na parca renda do grupo familiar, aliás, nos exemplos referidos, constituídos por mulheres que moravam praticamente sós ou com um companheiro em espaços que fugiam ao padrões da casa burguesa.

Boa parte dessas mulheres residia com seu grupo familiar em quartos, às vezes muito próximos uns dos outros, o que já era um elemento importante para gerar conflitos, considerando-se a possibilidade de se ouvir e de se ver com maior facilidade o dia-a-dia da vizinhança. No caso de Delphina e Maria Florentina, declarou-se, por exemplo, que “na

estância moravam diversas pessoas”. Nas falas de vítimas e acusados, expressões que indicam a proximidade do domicílio são constantes: “penetrou no quarto”, “achava-se em seu quarto conversando”, “estava em um quarto próximo”. Como apontou Keila de Sousa Aguiar, analisando vários desses casos, os espaços de moradia não são “limitados”, mas ao contrário, revelam-se espaços “maleáveis”.<sup>14</sup>

Nesse emaranhado de domicílios é que se gesta também esse trabalho cotidiano, que, em seu exercício, permite às mulheres uma circulação intensa pelas ruas da cidade. Rufina, por exemplo, afirmou em seu depoimento que a briga com sua vizinha se deu após a volta de uma venda, pois depois de uma breve discussão ela “saiu para comprar querosene”. Quem também andava pela rua por volta de 8 horas da noite era Amélia Xavier, que, interpelada pelo marido sobre sua saída de casa, acabou agredindo-o. Não há dúvida de que, mesmo nesse contexto de relações não oficializadas entre homens e mulheres, e igualmente num espaço em que o lugar de trabalho e o lugar de moradia se fundiam, os emigrantes nordestinos construía a sua própria socialização. Embora nem soubessem disso, teciam também uma imagem de si mesmos para a população paraense, como o perfil do homem e da mulher violentos, dos arruaceiros, da valentia, da família por vezes desestruturada (questões que não vou discutir aqui).

Na cidade de Belém do Pará, os emigrantes nordestinos não moravam somente em lugares como a estância em que se encontravam Delphina e Maria Florentina. Muitas casas, numa rede de solidariedade bastante extensa, marcada por amizade, laços de parentesco ou até mesmo como forma de ampliar a renda familiar, acabavam por abrigar muitos emigrantes, que podiam não fazer parte da família, o que muitas vezes gerava variados conflitos. Foi o caso dos ferimentos recíprocos entre Amaro Graciano, do Rio Grande do Norte, de 29 anos de idade, e José Joaquim Maciel, cearense, de 31 anos de idade, em virtude de um romance estabelecido entre este e a mulher daquele, por volta de 1904.

Além da infidelidade da mulher, o que teria gerado a briga era, conforme declarou Amaro Graciano, o fato de que José Joaquim “vivia em sua casa onde encontrou abrigo como se fora da família e que José abusando da hospitalidade procurou plantar discórdia no seio de sua família”. Há, entre a documentação pesquisada, um número grande de casos semelhantes a esse. Pelo fato de morarem sob um mesmo teto vários emigrantes nordestinos, eles acabavam por se envolver em muitos conflitos, não raro de cunho amoroso, como o aqui citado.<sup>15</sup>

De qualquer modo, a família nos vapores vinha de certa forma agregada em torno de alguém que podia ser identificado como o chefe daquele grupo, uma vez que era em seu nome que o governo cearense emitia as passagens. Chegando na cidade de Belém, é bem



provável que as pessoas desse grupo familiar pudessem até tomar rumos diversos, certamente em busca de trabalho que lhes garantisse a sobrevivência. Talvez isso explique também o fato de tantas mulheres sós e solteiras viverem nessas habitações constituídas de muitos quartos, que eram alugados para os emigrantes, exercendo ali um ofício do qual auferissem alguma renda.

Veja-se o exemplo do espancamento sofrido pela menina Alice Pereira, de apenas 10 anos de idade, já nascida no Amazonas, filha da cearense Belizzarina Lemos Braga, viúva de 33 anos de idade, ocorrido em 1904 na capital paraense. A menina acabou por ser espancada na casa de seus padrinhos, que foram denunciados pela mãe. Na fala prestada pela viúva, em seu depoimento, evidencia-se uma certa desagregação de sua família, visto que pelo menos dois dos filhos de Belizzarina não moravam com ela. Assim, dizendo como soube do espancamento de sua filha, ela afirmou que “apareceu em sua casa seu filho José, que se acha morando em casa de uma senhora”, dizendo que a irmã havia desaparecido da casa onde estava. Na verdade, em vista dos acontecimentos ocorridos na casa dos padrinhos, a pequena Alice, que era aluna do “Grupo Normal”, acabou por se esconder após as aulas na casa de uma colega de escola, que depois acabou contando o que tinha acontecido. No jornal, que se encontra junto ao auto de polícia, conta-se que Alice tomou essa atitude, “pois não sabia onde morava a sua mãe e esse seria o meio de fazer ser procurada”.<sup>16</sup>

Perguntada sobre os fatos, a menina Alice nos dá algumas pistas de sua vida na cidade de Belém. Assim, disse que “vivía há cerca de 8 meses na casa de sua madrinha Eufrosina Alves e que a madrinha a mandou para o Grupo Normal a fim de educá-la e quando voltava das aulas fazia diversos serviços domésticos”. A trajetória de Alice na cidade não é diferente da de muitos emigrantes pobres, certamente, uma vez que era bastante comum (e hoje ainda o é, no Pará) o emprego de trabalhadores menores de idade em serviços domésticos com a argumentação de que iam estudar, uma vez que a família não tinha condições para tal.<sup>17</sup>

A princípio, pode-se até falar em desagregação familiar, o que ainda é bastante complexo para se afirmar, considerando-se as fontes pesquisadas. Ao mesmo tempo, fica bastante evidente que um bom número de casos de maus-tratos sofridos pelas crianças, nesse momento, também é denunciado por seus pais ou responsáveis, chegando até os jornais ou se transformando em alvo de diligência policial, como foi o caso da pequena Alice. Tal atitude demonstrava que, de forma alguma, os emigrantes ficavam passivos diante das dificuldades que enfrentavam na cidade.

Este trabalho não constitui um estudo de história social da família. Como referi anteriormente, esta pesquisa de doutorado tem por objetivo investigar as experiências sociais de emigrantes nordestinos no estado do Pará. Entretanto, no decorrer da pesquisa,

deparei-me com um número variado de registros desse período, que acabaram por me levar ao encontro de muitas das práticas desse grupo, construídas num contexto familiar, em que muitas vezes as chamadas relações de gênero não podem ser menosprezadas quando da análise das fontes.

Diante de uma bibliografia regional em que os grupos familiares e as mulheres pouco aparecem, ironicamente, o caminho tomado para a investigação dos emigrantes nordestinos no Pará aparece também a partir, justamente, do papel das mulheres viúvas, casadas, solteiras, idosas. Também das crianças e de homens que não seguiram o ofício de seringueiros. Essas experiências revelam uma história da emigração nordestina muito mais complexa e dinâmica do que os reducionismos das explorações sofridas pelos seringueiros por seus patrões. De forma nenhuma se trata de escrever uma história das mulheres nordestinas na economia da borracha, mas de perceber que a investigação do processo de emigração nordestina para o Pará passa também por um entendimento das estruturas familiares que esses grupos vão tecendo desde a saída dos seus lugares de origem.

Quadro 1

Nome	Estado civil	Idade
1 Maria Gomes dos Santos	?	40
2 Maria Vicência da [Conceição]	?	60
3 Maria Gertrudes	?	?
4 Ignacia Carolina Bastos	?	43
5 Joaquina Francisca da Conceição	Solteira	?
6 Celestina Luísa da [Conceição]	Solteira	26
7 Francisca Maria da Soledade	Solteira	27
8 Maria Thereza de Jesus	Solteira	28
9 Maria Thereza de Jesus	Solteira	28
10 Francisca Maria de Oliveira	Solteira	30
11 Francisca Maria da Soledade	Solteira	37
12 Bernardina Thereza de Jesus	Solteira	40
13 [Angélica] Thomazia de [Moura]	Solteira	40
14 Francisca Maria da [Conceição]	Solteira	60
15 Francisca Xavier de Castro	Casada	18
16 [Marcelina] Ferreira da Silva	Casada	24

17	Francisca Maria Bella	Casada	24
18	Joanna [...] Espírito Santo	Casada	26
19	Maria Roriz do [Espírito Santo]	Casada	30
20	Ignácia Maria Cavalcante	Casada	30
21	Idalina Maria do Espírito Santo	Casada	30
22	Ignacia Maria Cavalcante	Casada	30
23	Maria Joaquina de Araújo	Casada	37
24	Francisca [...] de Almeida	Casada	40
25	Maria Ignacia da Conceição	Casada	40
26	Francisca Ferreira de Almeida	Casada	40
27	Luiza Rodrigues da Cunha	Casada	41
28	Rosa Pacheco da Silva	Casada	45
29	Maria Antônia [Pessoa]	Casada	48
30	Maria Moreira de Souza	Casada	55
31	Maria Thereza do Espírito Santo	Casada	58
32	Maria Philomena da Silva	Viúva	23
33	Joanna [Queirós]	Viúva	24
34	Maria Joaquina Nascimento	Viúva	25
35	Mariana [Nazareth] da Costa	Viúva	26
36	Maximina Nazareth de Castro	Viúva	26
37	Rufina Ignacia	Viúva	28
38	Maria Joana da Conceição	Viúva	29
39	Maria Senhorinha da [Conceição]	Viúva	30
40	Maria Joaquina [...]	Viúva	34
41	Francisca Joana	Viúva	35
42	Maria do Carmo de Jesus	Viúva	35
43	Luzia Maria da Conceição	Viúva	36
44	Philomena Maria [Ribeiro]	Viúva	38
45	Francisca Xavier de Lima	Viúva	38
46	Eufrásia Maria da Conceição	Viúva	40
47	Laurinda Maria da Conceição	Viúva	40
48	Maria Gonçalves	Viúva	40
49	Maria do Carmo Ferreira	Viúva	40
50	Maria Vicência Soares	Viúva	40
51	Ana Francisca	Viúva	40

52	Joanna Francisca de Jesus	Viúva	40
53	Francisca Maria do Rozário	Viúva	40
54	Joanna Maria da Conceição	Viúva	40
55	Maria Ignácia da Conceição	Viúva	40
56	Francisca Maria da Conceição	Viúva	40
57	Maria Gonçalves	Viúva	40
58	Gertrudes Maria	Viúva	44
59	Maria Silvéria da Luz	Viúva	45
60	Maria Joanna da Conceição	Viúva	45
61	Roza Maria dos Prazeres	Viúva	46
62	Maria Joaquina de [Menezes]	Viúva	46
63	Joanna Maria da Conceição	Viúva	46
64	Josepha Maria da Silva	Viúva	47
65	Joana Baptista dos Santos	Viúva	47
66	Jesuina Maria da Conceição	Viúva	48
67	Joana Mendes da Costa	Viúva	48
68	Josepha Maria da Conceição	Viúva	49
69	Maria Francisca da Conceição	Viúva	49
70	Francisca Maria dos Prazeres	Viúva	50
71	Maria Magdalena da Conceição	Viúva	50
72	Josefa Maria de Jesus	Viúva	50
73	Antônia Maria da Conceição	Viúva	50
74	Ana Maria	Viúva	50
75	Clara Maria do Espírito Santo	Viúva	50
76	Maria Albuquerque Uchoa e [...]	Viúva	50
77	Alexandrina Maria da Conceição	Viúva	50
78	Thereza Paulina [...]	Viúva	53
79	Thereza Maria de Jesus	Viúva	53
80	Maria Angélica vdo Espírito Santo	Viúva	53
81	Carolina [Porfirio] de Aguiar	Viúva	53
82	Ana Maria da Conceição	Viúva	55
83	Isabel Antônia de Jesus	Viúva	55
84	Isabel Antônia de Jesus	Viúva	55
85	Antônia Maria [Roriz]	Viúva	58
86	Josepha Maria da Conceição	Viúva	60

87 Ana Quitéria	Viúva	60
88 Maria Francisca	Viúva	62
89 Felippa Maria da Conceição	Viúva	64
90 Delfina Maria de Lima	Viúva	66
91 Francisca Gonçalves de Moura	Viúva	69
92 Dorothea Maria da Conceição	Viúva	70
93 Maria Gonçalves de Moura	Viúva	70
94 Francisca Duarte Bezerra	Viúva	75

Fontes — Arquivo Público do Estado do Ceará

— Caixa: Palácio do Governo do Ceará, Companhia de Vapores, Emigração para o norte (1889), Fevereiro.

— Caixa: Companhia Brasileira de Navegação e Vapor, Emigração para o norte e diversas partes desta Província. Fevereiro. Livros 452, 480, 476.

— Caixa: Companhia Brasileira de Navegação e Vapor, Emigração para o norte (1889). Livros 467, 470, 486.

— Caixa: Companhia de Vapores, Emigração para o norte, maio. Livros 468, 474

— Caixa: Palácio do Governo do Ceará, Companhia de Navegação e Vapores, Emigração para o norte (1889-1915) maio. Livros 471, 479, 477.

#### Quadro 2

Francisca Gonçalves de Moura	Viúva	69
Maria Gonçalves de Moura	Solteira	25
Manuel Feliz	Solteiro	16
Joana Gonçalves de Moura	Solteira	17
Francisco Ângelo Ribeiro	Casado	46
Raimunda Francisca Moreira	Casada	43
Francisco Jerônimo Ribeiro	Solteiro	23
Miurinha Isadora Ribeiro	Solteira	16
Maria da Paz Ribeiro	Solteira	11
[Firmina]	Menor	6
Cândido	Menor	3
Arcênia	Menor	2
Manuel Serino	Solteiro	17
Cândido Serino	Solteiro	16

Manuel [...] dos Reis	Casado	25
Idalina [...] do Nascimento	Casada	20
Virginia	Menor	7
Antônia	Menor	5
Francisca	Menor	3
Maria	Menor	2
Serafim da Silva Santiago	Casado	30
Adelina Gonçalves de Moura	Casada	25
Antônio Sérgio da Silva	Solteiro	16
Antônio	Menor	7
Ildefonso	Menor	6
Francisco	Menor	5
Maria	Menor	3
Carolina	Menor	1
João Furtado	Casado	35
Maria Gonçalves de Moura	Casada	24
Francisco	Menor	4
Raimundo	Menor	5
Antônia Gonçalves de Moura	Viúva	38
Francisco Gonçalves de Moura	Solteiro	24
Maria Gonçalves de Moura	Solteira	18
Maria	Menor	7
[Antônia]	Menor	6

Fonte — Arquivo Público do Estado do Ceará

— Caixa: Governo da Província do Ceará – Ofícios – emigração. 1889

*Recebido em agosto/2003; aprovado em setembro/2003*

### Notas

\* Professora do Departamento de História da UFPA e Doutoranda em História Social da USP.

<sup>1</sup> *A Tarde*. Belém, 19 de janeiro de 1916, p. 2.

<sup>2</sup> *Ibidem*.

<sup>3</sup> Sobre as chamadas “Classes Perigosas”, ler: CHALHOUB, Sidney. *Classes perigosas. Trabalhadores*, n. 6, pp. 2-22, 1999. Dentre os trabalhos que discutem a imigração no Brasil, podem ser citados: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. São Paulo, Edusp, 1999; RIBEIRO, Gladys. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo, Brasiliense, 1989; ALVIM, Zuleika. “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, v. 3; CARELLI, Mário. *Carcamano e comedores: os italianos de São Paulo. Da realidade à ficção*. São Paulo, Ática, 1988.

<sup>4</sup> Dentre os autores que discutem esse período podemos citar, para uma leitura geral acerca do tema: REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. [1953] 2 ed., Manaus, Governo do Estado do Amazonas, Valer, 1996; CRUZ, Ernesto *A estrada de ferro de Bragança: visão sócio-econômica e política*. Belém, Falângola, 1955; MELLO, Alcino Teixeira. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Departamento de Estudos e Planejamento, 1956. PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena Rolim. “A borracha na economia brasileira da Primeira República”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980; CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. 2 ed. Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994. WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920*. São Paulo, Hucitec, 1993. Esses autores, considerando a própria natureza de cada trabalho, ao falarem da economia da borracha e se reportarem aos emigrantes nordestinos, dão maior ênfase ao trabalho destes nos seringais, destacando as relações de exploração. Para uma abordagem diferenciada, dando ênfase à presença feminina nos seringais do Acre, ler: WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá. Acre (1890-1945)*. São Paulo, Hucitec, 1999.

<sup>5</sup> Na recente produção historiográfica sobre as secas no Nordeste, há um número expressivo de trabalhos que discutem o tema: ALBUQUERQUE JR., Durval. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife/São Paulo, Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana/Cortez, 1999; NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro/Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto/Relume Dumará, 2000; RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza, Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001; SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (orgs.). *Seca*. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2002.

<sup>6</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará (Apec), Caixa, Governo da Província do Ceará – Ofícios emigração 1889. Maria Clementina Pereira Cunha, referindo-se à presença feminina no asilo do Juquery em São Paulo, relata o caso de várias mulheres que eram consideradas alienadas por apresentarem comportamentos independentes em relação à família. Dentre os elementos que compunham a imagem da mulher degenerada, o viajar só apresentava-se como algo completamente incompatível com a própria natureza feminina. Afirma a autora que “vestir-se de homem, viajar só. Recusar o casamento, a maternidade, a família. Manifestar uma independência essencialmente estranha àquela sociedade. No caso da loucura feminina, a transgressão não atinge apenas as normas sociais, senão a própria natureza que a destinará ao papel de mãe e esposa”. CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p.144.

<sup>7</sup> Apec, Caixa, Governo da Província do Ceará – Ofícios emigração 1889.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> Apep, Chefatura de Polícia – Autos Crimes – 1903 – Auto de diligências policiais procedido acerca dos ferimentos de Rufina de Souza.

<sup>12</sup> Arquivo Público do Estado do Pará (Apep). Chefatura de Polícia – Autos Crimes – 1904 – Auto de diligências policiais procedido acerca dos ferimentos de que foi vítima Mathias José da Silva.

<sup>13</sup> APEP, Chefatura de Polícia – Autos Crimes – 1904 – Auto de diligências policiais procedido acerca dos ferimentos leves de que foi vítima Delphina Cavalcante de Albuquerque e autora Maria Florentina das Neves.

<sup>14</sup> AGUIAR, Keila de Sousa. *Trabalho, família e habitação: cotidiano dos migrantes nordestinos na capital paraense (1898-1908)*. Belém, Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Pará, 2001, p. 50.

<sup>15</sup> APEP. Chefatura de Polícia – Autos Crimes 1904 – Auto de diligências policiais procedidos acerca dos ferimentos recíprocos entre Amaro Graciano e José Joaquim Maciel.

<sup>16</sup> Apep, Chefatura de Polícia – Autos Crimes 1904 – Auto de diligências policiais procedido acerca do espancamento sofrido por Alice Pereira Braga. Essa dualidade educação/trabalho também foi detectada por Keila Aguiar ao analisar esse mesmo caso. Cf. AGUIAR., op. cit., p. 37.

<sup>17</sup> Apep, Chefatura de Polícia – Autos Crimes 1904 – Auto de diligências policiais procedido acerca do espancamento sofrido por Alice Pereira Braga.